



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para realizar a revisão geral do funcionamento da central de alarme sem fio e dos componentes periféricos existentes no Edifício Sede do TRE-SC, incluindo a atualização do *software* de supervisão, a substituição de componentes do sistema e a realização de treinamento para os operadores, e serviços continuados de manutenção preventiva mensal e corretiva, com substituição de peças, do referido sistema.

### 2. Fundamentação da Contratação

A central de alarme sem fio, juntamente com seus periféricos (sensores de fumaça, detectores térmicos, sirenes, repetidores e acionadores) e software de supervisão, desempenha um papel essencial na segurança do edifício-sede do TRE-SC. Este sistema é responsável por detectar, alertar e mitigar situações de risco, como incêndios ou outras emergências, garantindo a proteção das pessoas, do patrimônio público e dos dados institucionais armazenados no edifício.

Atualmente, o funcionamento do sistema de alarme sem fio, composto pela central, periféricos e software de supervisão (Orbit) encontra-se comprometido devido à ausência de revisão técnica, atualização do software e manutenção periódica adequada. Este cenário representa um risco significativo para a segurança patrimonial e funcional do órgão, podendo acarretar em atrasos na detecção e mitigação de situações emergenciais de incêndios, prejudicando, eventualmente, a continuidade das atividades administrativas e eleitorais realizadas no prédio.

A contratação de serviços especializados para a revisão geral e manutenção mensal do funcionamento da central de alarme sem fio e dos componentes periféricos, com a atualização do *software* de supervisão, substituição de componentes e treinamento dos operadores, é essencial para restabelecer a confiabilidade e eficiência do sistema. A medida busca não apenas corrigir possíveis falhas, mas também prevenir futuras ocorrências que possam colocar em risco a segurança do edifício-sede, das pessoas e das atividades nele realizadas.

A manutenção regular de equipamentos atende aos princípios da administração pública, como eficiência, economicidade e continuidade do serviço, reforçando o compromisso do TRE-SC com a proteção do patrimônio e a garantia da segurança institucional. Esta contratação não é, portanto, apenas uma necessidade técnica, mas uma medida preventiva e estratégica para assegurar o interesse público, a integridade dos colaboradores e o funcionamento pleno das atividades do Tribunal.

### 3. Descrição da solução

A arquitetura atual do sistema de detecção e alarme de incêndio sem fio é formada pelos elementos dispostos no Quadro 1. Os componentes da central comunicam-se com roteadores e formam uma rede de comunicação, replicando o sinal de roteador a roteador até a comunicação com a central de alarme de incêndio. O sistema possui uma arquitetura sem fio que permite que todos os elementos instalados encontrem uma rota alternativa, no caso da perda de comunicação com o roteador originalmente a ele atrelado (rede *mesh*). À central de alarme está acoplado um computador com *software* supervisorio (Orbit), com comunicação direta através de interface física



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

(cabo serial). O sistema supervisorio não interfere no funcionamento do sistema de alarme, que funciona de forma independente.

**Quadro 1** Arquitetura atual do sistema de alarme sem fio do edifício-sede do TRE-SC\*.

Parte componente	Quantidade (unidade)
Central de alarme de incêndio sem fio	1
Roteadores	6
Detectores de fumaça	86
Detectores termovelocimétricos	21
Sinalizador sonoro e visual	14
Acionadores manuais de alarme (botoeiras)	14
Automação do portão, elevadores e sistema de ar condicionado	1
Computador com monitor – <i>software</i> supervisão (Orbit)	1
Nobreak 1500VA	1

\* Todos os componentes são da marca Wi-Fire Sistemas de Alarme de Incêndio.

### a) Serviços contemplados nesta contratação

ITEM	ESCOPO	DESCRIÇÃO
ITEM 1	Manutenção inicial	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Diagnóstico inicial do funcionamento do sistema de alarme sem fio para identificação dos alertas de falhas recorrentes, dispositivos inibidos, compatibilização entre localização dos dispositivos e identificação na central, etc..</li> <li>○ Atualização (<i>upgrade</i>) dos <i>softwares</i> da central de alarme e do sistema de supervisão (Orbit).</li> <li>○ Substituição de componentes e acessórios que apresentem defeito ou falha na etapa do diagnóstico ou durante as manutenções mensais do sistema de alarme sem fio (tais componentes serão obrigatoriamente novos, sendo entregues em embalagens originais lacradas); uma previsão anual de componentes a serem substituídos consta do Quadro 2 (referencial).</li> <li>○ Entrega de guia prático (em formatos digital e impresso) para auxílio à tomada de ações corretivas visando solucionar falhas informadas pela central de alarme e nos logs (<i>trouble-shooting</i>).</li> </ul>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Treinamento presencial com 6h de duração para garantir que os responsáveis saibam operar e interpretar os dados da central, contemplando os seguintes conteúdos (no mínimo): programações para inclusão e exclusão de dispositivos periféricos na central, com reconhecimento pelo sistema supervisor (Orbit); emissão de roteiros de testes dos dispositivos de forma impressa.</li> </ul>
<b>ITEM 2</b>	<b>Manutenção preventiva mensal</b>	Manutenção preventiva mensal e teste do funcionamento do sistema de alarme sem fio, com emissão de relatório detalhado da situação ( <i>status</i> ), que contemple condições de funcionamento do sistema, data, hora do serviço e período de garantia dos serviços executados, de acordo com o roteiro estabelecido na alínea “c” deste item. Deverá ser emitido relatório mensal, conforme alínea “d” deste item.
<b>ITEM 3</b>	<b>Manutenção corretiva</b>	Manutenção corretiva com substituição de peças, sob demanda, para correção de falhas eventuais, com estimativa inicial de 3 (três) horas por mês.

### b) Detalhes da execução do objeto

- Os serviços de manutenção devem atender a IN.12, de 26.12.2022, do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), e a NBR 17240:2010;
- no primeiro mês, além do diagnóstico do sistema de detecção e alarme de incêndio, deve ser feita a atualização *as-built* da programação da central, com a renomeação e o reposicionamento dos dispositivos de acordo com a NBR 17240;
- a manutenção preventiva mensal e a manutenção corretiva, sob demanda, do sistema de detecção e alarme de incêndio deve ser realizada por técnicos habilitados e treinados, em todos os equipamentos;
- a manutenção preventiva deve garantir que o sistema de detecção e alarme de incêndio esteja em pleno funcionamento, ou registrar no relatório suas restrições e falhas. Neste último caso, as correções necessárias devem ser executadas de imediato;
- após qualquer alteração do projeto ou correção das falhas, uma nova verificação deve ser efetuada no funcionamento do sistema, o posicionamento dos equipamentos deve ser atualizado no *as-built* e deve ser emitido relatório atestando o perfeito funcionamento do sistema;
- baterias e pilhas devem ser substituídas sempre que indicado pela central de alarme ou, no mínimo, a 150 dias do início do contrato e a 30 dias de seu término.
- um teste geral do sistema de alarme sem fio deve ser realizado semestralmente, com a emissão de relatório de comissionamento;
- após cada manutenção, a contratada deve apresentar relatório de manutenção assinado pelo executante e pelo responsável técnico; este relatório de manutenção periódica, estabelecido pela NBR 17240:2010, deve permanecer disponível na edificação para verificação no ato da vistoria;
- a manutenção corretiva engloba os procedimentos necessários para recuperar o perfeito estado de uso dos equipamentos, com a correção de defeitos que possam danificá-los ao longo do tempo, consistindo, basicamente, em substituições de componentes, ajustes e



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para cada equipamento;

- o atendimento para manutenção corretiva deverá ser realizado, em regra, nos dias úteis, durante o horário de 08h às 12h;
- quando for constatada a necessidade de substituição de peças (cuja substituição não está prevista nas rotinas de manutenção preventiva) deverá a empresa contratada apresentar laudo técnico e orçamento prévio detalhado das peças e do número de horas necessárias para manutenção corretiva, para apreciação do TRE-SC (verificação de compatibilidade com os preços de mercado); nos casos de comprovada urgência, o orçamento poderá ser dispensado pela Administração;
- a substituição de peças ocorrerá depois de atestada a exequibilidade do preço, mediante pesquisa de mercado a ser realizada pelo CONTRATANTE. Comprovando-se excessivo o preço praticado pela CONTRATADA, ficará o CONTRATANTE autorizado a adquirir tais peças de terceiros;
- em havendo aprovação do orçamento prévio apresentado, o CONTRATANTE autorizará a execução da manutenção com o fornecimento das respectivas peças, não contabilizando no prazo de execução o período transcorrido entre a apresentação do orçamento prévio e a autorização pelo CONTRATANTE;
- em não havendo aprovação do orçamento prévio, a contagem do prazo de execução será retomada a partir do recebimento, pela CONTRATADA, das peças adquiridas pelo CONTRATANTE;
- **todas as peças substituídas, assim como as novas que serão utilizadas, deverão ser apresentadas ao gestor do contrato;**
- sempre que houver previsão de a conclusão da manutenção corretiva ultrapassar os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá, no prazo previsto para a conclusão da manutenção, após aviso prévio ao CONTRATANTE, realizar a instalação de equipamento similar, até que o defeito do equipamento em manutenção seja sanado;
- para equipamentos que se encontrem cobertos por garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados se o defeito não estiver coberto pela garantia de fábrica e após autorização expressa pelo gestor do contrato; em caso de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da constatação, mediante emissão de laudo técnico, assinado pelo técnico responsável;
- Durante o prazo de garantia dos equipamentos, a CONTRATADA se responsabilizará por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia de fábrica. Caso a CONTRATADA execute serviços que resultem na perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.
- Executados os serviços de manutenção corretiva, a CONTRATADA fornecerá relatório à fiscalização, discriminando as intervenções corretivas executadas em cada unidade.

### c) Roteiro mínimo de manutenção preventiva mensal

O roteiro mínimo de manutenção preventiva do sistema de alarme e detecção de incêndio consiste nas seguintes atividades:

- I. medição da corrente dos sistemas em cada circuito de detecção, alarme e comandos, e comparação com a leitura realizada na manutenção anterior;
- II. verificação da supervisão em cada circuito de detecção, alarme e comandos;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- III. verificação visual do estado geral dos componentes da central e condições de operação;
- IV. verificação do estado e carga das baterias;
- V. medição de tensão da fonte primária;
- VI. ensaio funcional por amostragem dos detectores com gás apropriado, fonte de calor, ou procedimento documentado, recomendado pelo fabricante, no mínimo 10% do total de detectores por mês, garantindo que todos os detectores sejam ensaiados no período de um ano;
- VII. ensaio funcional de todos os acionadores manuais do sistema a cada três meses,
- VIII. ensaio funcional de todas as sirenes a cada três meses;
- IX. ensaio funcional mensal de todos os comandos, incluindo os de sistemas automáticos de combate a incêndio;
- X. ensaio funcional dos painéis repetidores, a cada três meses;
- XI. testar funcionamento da discagem automática para aparelho celular em caso de disparo;
- XII. a Contratante deve informar as modificações realizadas à Contratada, dando prazo de 30 dias para a realização dos acertos de adequação do sistema de detecção e alarme, tais como: alterações das dimensões, tipo de ocupação das áreas protegidas, dentre outras.
- XIII. realizar a limpeza dos componentes do sistema, a cada atividade de manutenção, se necessário.

### **d) Relatório de Manutenção Mensal**

O Relatório de Manutenção deve apresentar (no mínimo):

- histórico da inspeção com datas de execução e observações;
- descrição dos testes realizados nos sistemas:
  - o central – teste de falha – baterias;
  - o sistema supervisão (Orbit): backup – computador – modem – software nobreak;
  - o sinótico (computador – modem – software nobreak);
  - o comando (quadro de passagem – quadro de comando).
- apresentar inspeções nos dispositivos:
  - o detectores de fumaça (contemplar tabela com posição individual de cada detector testado);
  - o acionadores manuais e sirenes audiovisuais (mostrar tabela com posição individual de cada acionador testado);
  - o roteadores;
  - o redundância de dispositivos aparelhos VoIP;
  - o medição das baterias.
- ocorrências registradas no mês;
- nome e assinatura dos responsáveis.

Os relatórios devem ser apresentados até o 5º dia útil de cada mês posterior à execução dos serviços.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### e) Estimativas de quantidades

Além dos serviços de manutenção inicial e das manutenções preventivas mensais, estima-se a realização de 3 horas de serviços de manutenção corretiva mensais ao longo dos 5 (cinco) anos de vigência do contrato, bem com a substituição das quantidades estimadas de componentes relacionados no Quadro 2.

**Quadro 2** Estimativa de componentes a serem substituídos/repostos\* em 5 (cinco) anos.

Componentes	Quantidade (unid.)
Roteadores	10
Detectores de fumaça	100
Detectores termovelocimétricos	35
Sinalizador sonoro e visual	10
Acionadores manuais de alarme (botoeiras)	10
Automação do portão, elevadores e sistema de ar condicionado	5
Computador com monitor – <i>software</i> supervisão (versão atualizada do Orbit, com cópia para eventual reinstalação)	1
Pilhas LR6/AA (pacote com 4 unidades)	1500
Suporte para duas pilhas ( <i>case</i> rígido formato canoa), de material plástico e molas metálicas resistentes à corrosão	550
Bateria Pack NI-MH 9,6V 600mAh	10
Bateria Pack NI-MH 3,6V 600mAh	10

Em razão de compatibilidade com o sistema de alarme existente, todos os produtos devem ser da marca Wi-Fire Sistemas de Alarme de Incêndio.

### 3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar da presente contratação encontra-se no PAE n. 1.739/2025.

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Todos os componentes do sistema de alarme sem fio instalado no Edifício-Sede do TRE-SC são da marca Wi-Fire Sistemas de Alarme de Incêndio (<https://www.wifirealarmes.com.br/>)

### 3.3. Códigos SIASG

2763 - Manutenção de sistemas de proteção contra incêndio.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 4. Requisitos da contratação

Devem ser atendidos os seguintes requisitos listados a seguir.

#### 4.1 Requisitos Funcionais

Definidos com base nas necessidades de operação do sistema, ou seja, comportamento esperado para garantir segurança, eficiência e confiabilidade:

- **identificação e monitoramento de riscos:** a central, por meio de seus dispositivos periféricos, deve ser capaz de identificar a presença de fumaça ou fogo;
- **comunicação e resposta a incidentes:** a central deve alertar imediatamente os responsáveis sobre eventos detectados (alarme sonoro, visual ou notificação remota); garantir que periféricos estejam devidamente configurados na central; manter logs detalhados das ocorrências (data, hora e local);
- **confiabilidade operacional:** a central deve operar continuamente (24/7), com a mínima probabilidade de falhas (máximo 2 falhas/dia); deve haver redundância ou mecanismos de recuperação para evitar interrupções em caso de falhas nos componentes principais
- **compatibilidade e integração:** a central e os periféricos devem ser compatíveis, permitindo a adição de novos sensores e dispositivos, caso seja necessário expandir a cobertura;
- **configuração e controle:** o sistema de supervisão da central deve permitir configuração e controle por usuários autorizados de maneira segura; deve ser possível atribuir níveis de acesso diferentes para usuários e administradores;
- **manutenção e autodiagnóstico:** o sistema deve permitir atualizações e revisões regulares sem interrupções significativas no funcionamento; deve haver identificação automática de falhas nos periféricos ou na própria central;
- **comunicação remota:** o sistema deve possibilitar monitoramento remoto via dispositivos móveis ou computadores, permitindo que responsáveis recebam alertas e acessem relatórios fora do local;
- **registro e relatórios:** a central deve gerar relatórios sob demanda, contendo informações de logs, incidentes e status operacional dos periféricos.

#### 4.2 Requisitos Não-Funcionais

- **Treinamento:** garantir que os responsáveis saibam operar e interpretar os dados da central de alarme sem fio.

#### 4.3 Requisitos Externos

O sistema de alarme deve estar em conformidade com as normas técnicas nacionais (ABNT) ou internacionais aplicáveis.

Quanto à segurança e execução dos serviços:

- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual.
- NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- NR 35 – Trabalho em Altura.
- NBR 7678:1983 – Segurança na execução de obras e serviços de construção.
- NBR 17.240:2010 – Sistema de detecção e alarme de incêndio: projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistema de detecção e alarme de incêndio – requisitos.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ABNT NBR ISO 7240-5:2023 – Sistema de detecção e alarme de incêndio (especialmente as partes 2, 4, 11 e 25).

Quanto à sustentabilidade:

- Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.

### 4.4 Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos a serem atendidos são:

- **Acompanhamento por profissional habilitado:** Engenheiro Civil, Eletricista ou Mecânico, com formação plena, devidamente inscrito no CREA: pretende-se que a execução dos serviços seja realizada dentro dos requisitos das normas técnicas vigentes para a garantia da qualidade técnica.
- **Comprovação das referências dos produtos, compatíveis com a central de alarme existente:** a utilização de produtos do mesmo fabricante tem por objetivo garantir a compatibilidade com a central de alarme instalada no edifício-sede.
- O objeto é incompatível com a natureza profissional de pessoa física.

Demais requisitos técnicos relacionados especificamente à execução dos serviços serão detalhados no Termo de Referência.

### 4.5 Requisitos de Garantia

- Garantia mínima de 1 (um) ano, em conformidade à legislação vigente, no que se refere à manutenção inicial (diagnóstico, atualização e substituição de componentes defeituosos).

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5.1. Prazos

5.1.1 Em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, a empresa vencedora deverá apresentar:

- a) a Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional que se responsabilizará pelos serviços; e
- b) a relação nominal dos profissionais envolvidos diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de CPF.

5.1.2 Aprovados os documentos pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA), os serviços deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias;

5.1.3. Após iniciados, os serviços relativos ao ITEM 1 deverão ser concluídos no prazo de 30 dias;

5.1.4 Se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório, os serviços deverão ser refeitos em até 10 (dez) dias úteis;

5.1.4. A manutenção corretiva - SEM NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS - deverá ser executada no prazo máximo de 2 (dois) dias, após a abertura do chamado pela Gestão Contratual;

5.1.4.1 Sendo necessária a substituição de peças, deverá ser apresentado orçamento prévio para apreciação, salvo nos casos em que ficar comprovada a urgência na troca das mesmas, ocasião em que poderá ser dispensado pela Administração o orçamento;





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.1.4.1.1. O prazo para fornecimento do orçamento prévio deverá ser de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, após o chamado;

5.1.4.1.2. Após a aprovação do orçamento prévio e da devida autorização, o serviço deverá ser executado nos prazos máximos de 3 (três) dias úteis, quando o conserto for considerado urgente, e de 5 (cinco) dias úteis nos demais casos.

### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os serviços serão realizados no Ed. Sede do TRE-SC, localizado na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC.

### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

Para o ITEM 1 o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado e o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

Para os ITENS 2 e 3, os serviços de manutenção preventiva e corretiva mensal serão acompanhados por fiscal especialmente designado e deverão gerar relatório de manutenção descritivo assinado pelo fiscal, pelo técnico da contratada que realizou o serviço e pelo responsável técnico, sendo devidamente datado.

a) o recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

### 5.4. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo de cada etapa do objeto.

### 5.5. Garantia do objeto

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 1 (um) ano, no que se refere à manutenção inicial (diagnóstico, atualização e substituição de componentes defeituosos).

### 5.6. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

Justifica-se a vigência inicial plurianual, em razão da potencial redução de custos advinda de um contrato com prazo de duração maior, decorrente dos seguintes fatores:

a) racionalização do dispêndio de recursos com a realização de procedimentos licitatórios e de prorrogação contratual; e

b) aumento da competitividade, em face da atratividade do objeto para o mercado, refletindo nos valores cotados.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 5.7. Obrigações da Contratante

5.7.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa CONTRATADA, a partir da aprovação pelo CONTRATANTE.

5.7.2. Promover a gestão da contratação por meio da equipe designada no subitem 6.2, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.

5.7.3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.

5.7.4. Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.

5.7.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

### 5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta.

5.8.1.1. Os serviços serão realizados no Ed. Sede do TRE-SC, localizado na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC.

5.8.2. Apresentar à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC (SEEA) os documentos abaixo relacionados em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:

5.8.2.1. Providenciar e entregar à SEEA a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s), devidamente paga, de execução dos serviços contratados

5.8.2.2. Fornecer à SEEA a relação nominal dos profissionais envolvidos diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de CPF.

5.8.3. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias, contados da aprovação, pela SEEA dos documentos e disposições relacionados no subitem 5.8.2.

5.8.4. Os serviços deverão ocorrer, preferencialmente, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, ou, excepcionalmente, em dias não úteis, mediante autorização e acompanhamento do gestor do contrato.

5.8.5. Concluir os serviços relativos ao ITEM 1 em até 30 dias;

5.8.6. Quando houver necessidade de teste do sistema, este serviço deverá ser agendado com antecedência, pois as atividades no prédio não poderão ser interrompidas.

5.8.7. Entregar Relatório Mensal de Manutenção Preventiva, contemplando os requisitos mínimos estabelecidos na cláusula 3 deste documento.

5.8.8. Realizar as manutenções corretivas - SEM NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS - no prazo máximo de 2 (dois) dias, após a abertura do chamado pela Gestão Contratual;

5.8.8.1 Sendo necessária a substituição de peças, deverá ser apresentado orçamento prévio para apreciação, salvo nos casos em que ficar comprovada a urgência na troca das mesmas, ocasião em que poderá ser dispensado pela Administração o orçamento;

5.8.8.1.1. O prazo para fornecimento do orçamento prévio deverá ser de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, após o chamado;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.8.1.2. Após a aprovação do orçamento prévio e da devida autorização, executar o serviço nos prazos máximos de 3 (três) dias úteis, quando o conserto for considerado urgente, e de 5 (cinco) dias úteis nos demais casos.

5.8.9. Refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório.

5.8.9.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

5.8.9.2. Correrão à conta da Contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.

5.8.10. Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços.

5.8.11. Assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços.

5.8.12. Empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados ou não indicados, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento.

5.8.13. Executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece.

5.8.14. Executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, INMETRO e demais legislações vigentes.

5.8.15. Executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.

5.8.16. Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades.

5.8.17. Recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.

5.8.18. Responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.

5.8.19. Não é permitida a subcontratação dos serviços, no todo ou em parte, do objeto licitado.

5.8.20. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.

5.8.21. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.22. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.8.23. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.

5.8.24. Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021: *“O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante”*.

5.8.25. Zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados.

5.8.26. Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.

5.8.27. Assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela segurança e qualidade dos serviços executados.

5.8.28. Proceder, sempre que necessário, à remoção e ao transporte dos móveis, materiais e equipamentos dos ambientes afetados pela execução dos serviços, bem como, ao final dos serviços, o retorno aos locais adequados.

5.8.29. Responsabilizar-se por toda a sinalização, incluindo placas, cavaletes e faixas, de forma a garantir uma eficiente divulgação dos transtornos e perigos dos serviços. A sinalização deverá indicar eventuais áreas de trânsito alternativo.

5.8.30. Prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 1 (um) ano, no que se refere à manutenção inicial (diagnóstico, atualização e substituição de componentes defeituosos).

### 5.9. Transferência de conhecimento

Cabe à Contratada oferecer treinamento com, no mínimo, 6 (seis) horas de duração aos operadores da central de alarme, para repasse de conhecimento e informações.

### 5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

O responsável técnico pela execução dos serviços deve comprovar sua qualificação profissional mediante Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo CREA.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

### 6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;
- g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;

f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

### 6.2. Gestão e fiscalização

Para o ITEM 1 Manutenção inicial, a gestão e a fiscalização do contrato estão definidas no Quadro 3.

**Quadro 3** Gestão e fiscalização do ITEM 1.

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscais técnicos	Assistente I da Seção de Engenharia e Arquitetura Seção de Manutenção Predial
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

Para os ITENS 2 e 3, respectivamente de manutenção preventiva e corretiva, a gestão e a fiscalização do contrato estão definidas no Quadro 4.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**Quadro 4** Gestão e fiscalização dos ITENS 2 e 3.

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Manutenção Predial
Fiscal técnico	Assistente I da Seção de Manutenção Predial
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

### 6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de contrato.

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do gestor da contratação, ou, na sua ausência, do seu substituto.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEEA/CI, pelo e-mail [ci-seea@tre-sc.jus.br](mailto:ci-seea@tre-sc.jus.br) e Seção de Manutenção Predial SEMP/CI, pelo e-mail [ci-semp@tre-sc.jus.br](mailto:ci-semp@tre-sc.jus.br), ambas da Coordenadoria de Infraestrutura (CI).

### 6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

## 7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

## 8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

## 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

### 9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação será global, de forma a viabilizar o melhor gerenciamento da execução contratual e as condições dos serviços durante o prazo de garantia.

### 9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor dar-se-á pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Para fins de aferição do menor preço, será adotada a seguinte fórmula:

$$Pf = Pmi + 60 \times Pmp + 180 \times Pmc$$

Onde:

Pf = Preço final;

Pmi = Preço da manutenção inicial;

Pmp = Valor mensal dos serviços de manutenção preventiva;

Pmc = Valor da hora dos serviços de manutenção corretiva.

O licitante classificado em primeiro lugar deve indicar a marca e a especificação completa dos produtos indicados no Quadro 2 do item 3 deste Termo de Referência, que serão utilizados na execução do contrato.

Em razão de compatibilidade com o sistema de alarme existente, todos os produtos devem ser da marca Wi-Fire Sistemas de Alarme de Incêndio.

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no item 3 do Estudo Técnico Preliminar.

### 9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, será exigido:

- a) declaração de disponibilidade do profissional responsável técnico – Engenheiro Civil ou Engenheiro Eletricista ou Engenheiro Mecânico, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e detentores de documentos que comprovem a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes para fins desta contratação;
- b) um ou mais atestados de capacidade técnica, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste Termo de Referência: manutenção de sistemas de alarme sem fio;
- c) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- d) registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
- e) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
  - fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia ao local, mediante agendamento junto à Seção de Engenharia e Arquitetura, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br ou telefone (48) 3251-3364.

Os profissionais indicados pelo licitante na forma da alínea “a” e “c” devem participar dos serviços objeto desta licitação, e será admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovados pela Administração.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços e o valor significativo do objeto, será exigido:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- c) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

## 10. Estimativas do valor da contratação

O valor estimado total da contratação em seu primeiro ano é igual a R\$116.500,00 (cento e dezesseis mil reais), conforme discriminado no Quadro 5. O Quadro 6 registra os preços unitários estimados dos componentes do sistema de alarme que, eventualmente, poderão ser substituídos.

**Quadro 5** Estimativa de preço por item no primeiro ano do contrato.

ITEM	ESCOPO	VALORES ESTIMADOS
ITEM 1	Manutenção inicial que contemple: computador com monitor, diagnóstico inicial, atualização de <i>softwares</i> , entrega de guia prático, treinamento. Estima-se a substituição de componentes, suportes para pilhas, pilhas e baterias nesta manutenção inicial.	Computador com monitor: R\$ 16.500,00
		Diagnóstico e serviços iniciais: R\$ 5.000,00
		Atualização <i>softwares</i> : R\$ 3.000,00
		Guia prático: R\$ 3.000,00
		Treinamento (6 horas): R\$ 3.000,00
		Substituições componentes: até R\$ 42.800,00*
		<b>Subtotal: R\$ 73.300,00</b>
ITEM 2	Manutenção preventiva mensal, com eventual substituição de equipamentos, suportes para pilhas, pilhas e baterias.	R\$ 3.000,00 (três mil reais)
		<b>Subtotal: R\$ 36.000,00</b>
ITEM 3	Manutenção corretiva.	R\$ 600,00 (valor mensal igual a 3 horas/mês)
		<b>Subtotal: R\$ 7.200,00</b>

\* O valor estimado para a substituição de componentes, pilhas e baterias dependerá do diagnóstico inicial do sistema de alarme e da identificação de eventuais componentes com defeito.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**Quadro 6** Preços unitários de componentes a serem substituídos/repostos\*.

Componentes	Valor Unitário Estimado (R\$)
Roteadores	400,00
Detectores de fumaça	320,00
Detectores termovelocimétricos	320,00
Sinalizador sonoro e visual	420,00
Acionadores manuais de alarme (botoeiras)	320,00
Automação do portão, elevadores e sistema de ar condicionado	450,00
Computador com monitor – <i>software</i> supervisão (versão atualizada do Orbit, com cópia para eventual reinstalação)	16.500,00
Pilhas LR6/AA (pacote com 4 unidades)	20,40
Suporte para duas pilhas ( <i>case</i> rígido formato canoa), de material plástico e molas metálicas resistentes à corrosão	39,10
Bateria Pack NI-MH 9,6V 600mAh	104,00
Bateria Pack NI-MH 3,6V 600mAh	190,60

\* Com base nos valores unitários constantes no Quadro 6, estima-se um dispêndio de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) com peças de reposição durante o prazo de vigência contratual, incluindo as peças eventualmente substituídas na manutenção inicial.

## 11. Alinhamento da contratação

### 11.1. Plano de Contratações Anual

Alinhamento estratégico: OEPI2, OEPI3 e SGP3  
Plano de Contratações 2025 – Anexo I – Item 24.

### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Esta contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, pois abrange a utilização de requisitos técnicos de construção sustentável na escolha de materiais e a exigência da destinação correta dos resíduos, de acordo com as diretrizes do CONAMA.

Os serviços prestados pela Contratada devem pautar-se pelo uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais, assim como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a mitigação e redução de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

### 12. Adequação orçamentária

	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 73.700,00
	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.30	R\$ 42.800,00
<b>Total</b>			<b>R\$ 116.500,00</b>

\* Estimativa para o primeiro ano de contrato.

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o somatório dos valores mensais vincendos, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas "b" a "e" do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "e" do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.